

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MARISCAGEM, MULHERES E TRAJETÓRIAS NA MARÉ: um debate acerca da experiência das mulheres marisqueiras do município de Pirambu

Cláudia Raquel Cardoso Farias Martins¹

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar as problemáticas que permeiam a realidade das mulheres marisqueiras de Pirambu e a interseção com o debate de Royalties. A metodologia utilizada foi o método crítico-dialético, a partir da pesquisa bibliográfica e documental, com caráter quanti-qualitativo. E a partir da literatura, encontra-se que o machismo e o racismo no sistema capitalista afetam diretamente suas trajetórias, com o agravante dos conflitos que permeiam as comunidades tradicionais. Os ataques ao meio ambiente ocasionam para as marisqueiras acometimentos sérios de saúde, pois enfrentam triplas jornadas de trabalho sem proteção. Também, o município de Pirambu se mostra incipiente no fornecimento de assistência e saúde, mesmo recebendo grande quantidade de Royalties. Conclui-se que as marisqueiras de Pirambu estão constantemente ameaçadas por diversas expressões das violências, e que a participação de marisqueiras do Grupo de Trabalho de Pirambu tem sido de suma importância para o debate de políticas públicas no município.

Palavras-chave: Mulheres marisqueiras; Movimentos de mulheres. Questão ambiental.

ABSTRACT

This work aims to investigate the issues that permeate the reality of women shellfish gatherers in Pirambu and the intersection with the Royalties debate. The methodology used was the critical-dialectical method, based on bibliographical and documentary research, with a quantitative and qualitative character. Conflicts that permeate traditional communities. Attacks on the environment cause serious health problems for shellfish gatherers, as they face triple workdays without protection. In addition, the municipality of Pirambu is incipient in providing assistance and health, even receiving a large amount of Royalties. It is concluded that the shellfish gatherers of Pirambu are constantly threatened by various expressions of violence, and that the participation of shellfish gatherers in the Pirambu Working Group has been of paramount importance for the debate of public policies in the municipality.

Keywords: Seafood Woman. Woman's Movement's. Environmental Issue.

¹Universidade Federal de Sergipe; Graduanda em Serviço Social - UFS, Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE) no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC); Representação Discente Nacional da Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. clauraquelcar@academico.ufs.br.

PROMOÇÃO



APOIO

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de acúmulos advindos da participação como bolsista de Iniciação Científica (IC) no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC-UFS). Com trabalho dentro do Observatório Social dos Royalties (OSR), que atua com comunidades tradicionais de Aracaju, Barra dos Coqueiros e Pirambu, abordando a temática do ganho de royalties dos municípios em questão. O projeto faz parte do licenciamento da Petrobrás como condicionante mitigatório para exploração de Petróleo em Sergipe.

Também refere-se aos acúmulos dentro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS) no núcleo de estudos sobre gênero. E faz parte do que se objetiva investigar no Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.

Neste artigo abordar-se-á acerca das condições que permeiam o grupo de mulheres marisqueiras do município de Pirambu em Sergipe, por meio da participação de lideranças no Grupo de Trabalho do Observatório Social dos Royalties do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).

De maneira que o objetivo do texto é iniciar o debate acerca das imbricações de gênero, classe e raça com a questão ambiental como questão atravessadora da vivência dessas mulheres. Também, objetiva-se conhecer na literatura prévia as problemáticas que envolvem as marisqueiras de Pirambu, e as intersecções com o debate de políticas públicas destinados ao município por meio do recurso de Royalties, que a prefeitura recebe decorrente da exploração de petróleo no local.

Destarte, será adotado o método histórico-dialético para análise, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter quanti-qualitativo utilizando os descritores “saúde mulher marisqueira”, “movimento de mulheres marisqueiras em Sergipe”, “Funai governo Bolsonaro artigo”, “IBGE Pirambu”. Na análise de dados as principais fontes são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

PROMOÇÃO



APOIO



2 O SER MULHER E MARISQUEIRA

2.1 A situação da mulher no Brasil

O machismo e o racismo como estruturas condicionantes do capitalismo se conformam com imbricações neste modo de sociabilidade. De modo que, se tornam essenciais para que a exploração da classe trabalhadora seja possível. E no Brasil, a formação sócio histórica aponta como a escravidão foi basilar para o modo de acumulação primitiva, assim como perpassou pela destruição de comunidades tradicionais aqui já existentes.

Outro fator também se destina ao papel das mulheres nesse processo de exploração. Pois, para que a mão de obra seja garantida neste modelo, é necessário o controle dos corpos femininos e a manutenção do modelo heteropatriarcal na sociedade. Assim, a estratificação social se sustenta de modo a garantir a reprodução social burguesa. Saffioti (2004) afirma que

A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos. (SAFFIOTI, 2004, p.106)

Portanto, faz-se necessário compreender que o diálogo acerca da situação da mulher na atual conjuntura não pode ser descolado de sua imbricação com a exploração material que é própria do capitalismo, e como o racismo e o machismo não são subjacentes mas constitutivos do modo de produção vigente. Teóricas feministas já afirmam há décadas que a sociedade heteropatriarcal tem como objetivo fomentar a violência contra mulheres das mais variadas formas. Saffioti (2004) complementa que

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominância, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres. (SAFFIOTI, 2004, p.75)

Destarte, é possível ver também em dados atuais que o caráter violento do machismo persiste no Brasil. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) afirmam que

No primeiro semestre de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio, média de 4 mulheres por dia. Este número é 3,2% mais elevado que o total de mortes registrado no primeiro semestre de 2021, quando 677 mulheres foram assassinadas. (FBSP, 2023, p.02)

E o relatório também aponta os tensionamentos no governo Bolsonaro acerca das políticas de enfrentamento à violência contra mulher, que neste caso se torna representativo de uma visão que é, de maneira ampliada, a visão da extrema direita sobre políticas públicas:

A redução dos valores destinados às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher ocorreu em meio a uma mudança substancial de rota por parte do Governo Federal em relação a compreensão do fenômeno, que priorizou uma visão familista ao criar o Ministério da Família e dos Direitos Humanos e o esvaziamento total da compreensão de gênero como eixo orientador das políticas públicas. (FBSP, 2023, p.06-07)

Portanto, percebe-se que a contradição histórica que permeia a vivência das mulheres persiste e se agrava com particularidades no Brasil. E embora todas as mulheres sejam afetadas pelo machismo, pela violência e pelo desmonte de políticas públicas, as refrações do machismo não se dão da mesma forma para com todas as mulheres.

Outros fatores também se mostram como condicionantes de como o machismo afetará cada sujeito, e de que forma essas expressões serão combatidas, se haverá urgência ou negligência por parte do Estado. Comunidades tradicionais, por seus modos de vivências, e também a depender do fator étnico-racial, a conformação e as refrações do machismo são intensificadas. Gonzalez (2020) reitera que

PROMOÇÃO



APOIO





O privilégio racial é um dos pontos-chave dessa posição, uma vez que ele evidencia como, em todos os níveis, o grupo branco foi o beneficiário da exploração dos grupos raciais. Os aspectos culturais e políticos das relações raciais demonstram como o branco afirmou sua supremacia às expensas e em presença do negro. (GONZALEZ, 2020, p.27)

Desse modo, a autora disserta sobre como essas relações se concretizaram na formação sócio histórica do Brasil, que envolve fatores raciais e conseqüentemente também afeta as relações de trabalho. No Brasil, pessoas não brancas historicamente se encontram destituídas dos meios de produção, e no caso das comunidades tradicionais, a relação direta de trabalho com a natureza tem sido constantemente afetada para atender os interesses das burguesias conflitantes no país. Gonzalez (2020) afirma que

Nesse momento, se poderia colocar a questão típica do economicismo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício [...] Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado desta última será desfavorável aos não brancos. (GONZALEZ, 2020, p.29)

Portanto, fica evidente que as contradições de classe, raça e gênero desvelam uma clara correlação de forças, em que as relações de trabalho e também as relações sociais são afetadas.

2.2 Ser mulher em uma Comunidade Tradicional

O relatório sobre os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNDH, 2018) traz o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais como

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e bens da natureza como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (CNDH, 2018, p.18)

E atualmente na atual conjuntura sociopolítica e no estágio atual do capitalismo, essas comunidades que sempre foram afetadas, têm os tensionamentos acirrados. Visto que o capital se utiliza da destruição da natureza para a obtenção de

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



lucro. E no Brasil, o capital estrangeiro tem tido cada vez mais espaço desde a série de reformas neoliberais na década de 1990.

Embora existam legislações visando garantir a proteção dessas comunidades, o Estado permanece fornecendo concessões às empresas que visam destruir os territórios em que esses sujeitos pertencem. As mulheres que pertencem aos Povos e Comunidades Tradicionais além de enfrentarem as violências próprias do machismo, encontram também particularidades em sua condição enquanto Comunidade Tradicional.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (2018) aponta as principais violências cometidas contra essas Comunidades. Como, por exemplo, o questionamento da autodeterminação das comunidades, a desterritorialização, a grilagem de terras e o impedimento da permanência dos povos e comunidades.

Também, aponta a “supressão e retirada dos bens de natureza”. (CNDH, 2018, p.57) Pois, com o uso extensivo de agrotóxicos que contaminam o solo e a água, com a chegada das hidrelétricas, da exploração mineral e a instalação de empreendimentos turísticos, os bens naturais os quais as comunidades acessavam são restringidos ou escassos. (CNDH, 2018)

Com o crescimento das forças de extrema direita no país, tendo como marco o golpe de 2016, o discurso de ódio contra as minorias, a se citar os Povos e Comunidades Tradicionais tem ganhado legitimidade. Isso implica em uma diversidade de impedimentos e regressões para as comunidades acerca da garantia de seus direitos.

No período do governo Bolsonaro os investimentos foram drasticamente reduzidos, diversos funcionários da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) enfrentaram inquéritos criminais e conforme “entre 2019 e o que vai do ano de 2022, a Funai não concluiu nenhuma delimitação” (INESC, 2022, p.68). Isso denota a conformação conjuntural acerca das condições de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.

PROMOÇÃO



APOIO



3 GRUPO DE MULHERES MARISQUEIRAS EM PIRAMBU

A partir de uma pesquisa bibliográfica será discutido neste tópico os dados preexistentes acerca das mulheres marisqueiras que residem e desenvolvem atividade laboral em Pirambu. Conforme Santana (2014), as mulheres desenvolvem, majoritariamente, a atividade de mariscagem, e a maioria não realiza pesca. E no período de defeso, ficam impossibilitadas de realizar a mariscagem.

Conforme dados do último censo em 2010, 483 pessoas que se identificavam com o sexo feminino desenvolviam algumas das seguintes atividades em Pirambu: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. (IBGE, 2010)

A autora afirma que “Pescadores e marisqueiras estão vinculados à Colônia de pescadores Z-5, situada no município, de modo que todos os filiados possuem os mesmos benefícios trabalhistas e previdenciários que qualquer outro profissional”. (SANTANA, 2014, p.90)

Também ressalta a atuação da Associação de Mulheres Pescadoras de Pirambu (AMPAP), que possui atualmente ligação com o Movimento de Marisqueiras em Sergipe (MMS). Estas formas de organização se destinam tanto à regulamentação da utilização do porto de Pirambu, quanto para organização de luta política, como é o caso do MMS.

Conforme estudo realizado por Fontes et. al (2017), a jornada de trabalho apontada pelas marisqueiras em Pirambu era de 10 horas por dia e sem a utilização do uso de EPI's. Os riscos de saúde da atividade laboral são “Movimentos Repetitivos, Postura no Trabalho e sobrecarga de peso; Esporão dos peixes e camarões, corte das ostras e a presença de Cobras no Mangue; Dificuldades na consulta médica; Dificuldades para se aposentar.” (FONTES et. al, 2017, p.08)

Foram apontados também os sintomas e enfermidades apresentados pelas marisqueiras, que neste caso envolvem “Ardor nos olhos, ânsia de vômito e tontura, Micose, Dores nas costas, Dormência nas mãos (Gelo) e irritação na pele (produto bissulfito)”. (FONTES et. al, 2017, p.08)

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Percebe-se portanto que as condições de trabalho das marisqueiras de Pirambu são agravadas, e com as constantes contaminações no Rio Japarutuba e seus afluentes, a atividade de mariscagem se torna cada vez mais nociva à existência dessas mulheres. Os conflitos socioambientais afetam o trabalho das mulheres diretamente, que tem as condições de trabalho agravadas, mas também afetam a comunidade em todas as condições de existência.

O município conta apenas com 8 estabelecimentos do SUS conforme dados do IBGE de 2009. (IBGE, 2009) No mapa da pobreza e desigualdade de 2003 também do IBGE, Pirambu aparece com incidência da pobreza em 59,53%. (IBGE, 2003) Uma questão de pesquisa que se coloca diante desta análise é conhecer como se dá o acesso das marisqueiras aos sistemas de saúde e assistência no município, visto que muitas enfermidades permeiam suas vivências.

Diante disso, vale ressaltar o pensamento de Gonzalez (2020) quando afirma que “[...] os aparelhos ideológicos do Estado, na medida em que servem à manutenção das relações de produção existentes, desenvolvem com eficácia a veiculação e o reforço das práticas de discriminação”. (GONZALEZ, 2020, p.32) Seja pela desassistência, ou pelas experiências discriminatórias no acesso aos serviços. Isso se mostra também como uma questão a ser identificada em trabalhos futuros de pesquisa. Fontes et. al (2017) complementa acerca da situação das mulheres:

Além das atividades de captura e beneficiamento as marisqueiras também desenvolvem os afazeres domésticos, realizando simultaneamente, contribuindo para indefinição das horas de trabalho, caracterizando-as com uma jornada tripla de trabalho (PEAC, 2014, p, 29). Nos relatos as marisqueiras afirmam que além da mariscagem em mangues e rios, cuidam da casa, catam mangabas e algumas chegam a fazer o trabalho fora como diaristas para complementação da renda familiar. (PEAC, 2014, p.29 apud. FONTES et. al, 2017, p.10)

Diante disso, diversos fatores podem ser identificados na vivência das marisqueiras que foi relatado no trabalho acima. As jornadas de trabalho exaustivas e triplas que afetam as mulheres, a ameaça a continuidade do trabalho, os conflitos políticos existentes da expansão da indústria petrolífera, as questões de transição energética são fatores que impactam diretamente na vida das mulheres.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A ameaça à existência das comunidades tradicionais afeta diretamente a vivência dessas mulheres, mas não apenas isso. Pois a sociedade heteropatriarcal, que se mostra essencialmente violenta e discriminatória, impõe cada vez mais obstáculos para a garantia de direitos essenciais para essas comunidades.

Também, vale ressaltar que as jornadas triplas de trabalho apresentadas muitas vezes impossibilitam as mobilizações políticas dessas mulheres, como na experiência que será abordada no próximo tópico acerca do Grupo de Trabalho do Observatório Social dos Royalties. O PEAC realiza assessoria ao movimento de mulheres marisqueiras, contudo, existem diversos fatores que particularizam a luta política dessas mulheres.

3.1 A experiência do Grupo de Trabalho de Pirambu no Observatório Social dos Royalties

A partir da participação de lideranças das mulheres marisqueiras no Grupo de Trabalho de Pirambu do Observatório Social dos Royalties, as discussões acerca das condições de vida das marisqueiras e cruzamento com o debate sobre orçamento público foi possível. Pois o município se destaca como um dos que mais recebe Royalties no Estado. Entretanto, este recurso não é revertido em políticas sociais para a população.

Desde o início da atuação do GT, as marisqueiras tiveram participação ativa principalmente na construção do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), o qual previa a criação de um conselho para o controle e fiscalização do uso de Royalties no município. Contudo, em abril de 2023 a câmara de vereadores de Pirambu reprovou o PLIP, fato que denota as diversas contradições políticas do município.

O recurso dos Royalties, se aplicado de forma devida seria de grande importância para a garantia dos direitos relacionados à políticas públicas, como a ampliação da rede de assistência, saúde e educação no município. Contudo, o coronelismo que historicamente permeia a cidade, traz grandes dificuldades para que essa realidade se concretize. O Grupo de Trabalho escreveu uma nota pública acerca

PROMOÇÃO



APOIO





da situação da votação do PLIP, que foi noticiada por Brito (2023). A autora disserta que:

A proposta propõe criar o Conselho Municipal de Fiscalização dos Royalties do Petróleo (COMFRP), composto por 12 conselheiros. Três representantes da prefeitura, três representantes indicados pela Câmara de Vereadores e seis representantes da sociedade civil, sendo três da sede e três dos povoados. O Conselho tem entre suas atribuições formular, fiscalizar, indicar prioridades e avaliar políticas públicas que utilizam recursos dos royalties. Prevê também a criação do Fundo Municipal dos Royalties do Petróleo (FMRP), que, uma conta específica em que os recursos dos royalties serão depositados, estabelecendo prioridades para sua aplicação, que são: saúde, habitação, educação, infraestrutura, meio ambiente e assistência social. (BRITO, 2023, p.01)

E aborda também um pouco da trajetória que o grupo perpassou até a finalização do PLIP, que envolveu a ampla participação da sociedade pirambuense, incluindo as mulheres marisqueiras.

O PLIP foi fruto de muita mobilização e diálogo e reuniu 341 assinaturas de pessoas da sede e dos povoados. A atual versão do projeto foi protocolada na Câmara em dezembro de 2021 e de lá pra cá foram feitas visitas e pedidos de informação sobre a tramitação à Presidência da casa. Ou seja, após mais de um ano de cobrança da população pela tramitação e aprovação do projeto, a presidente da Câmara não permitiu a defesa da proposta. (BRITO, 2023, p.01)

Portanto, percebe-se que a atuação política do GT com participação das marisqueiras visa a obtenção de melhorias nas políticas públicas. Contudo, denota também as contradições que permeiam a conjuntura política do município. E mesmo que existam iniciativas para a melhor alocação de recursos, foi negado à população a execução dessa possibilidade.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos que as marisqueiras que residem em Pirambu, como Comunidade Tradicional, estão constantemente ameaçadas por diversas expressões das violências. Sejam elas decorrentes da sociedade heteropatriarcal e racista, ou seja pelo ódio que é disseminado contra os Povos e Comunidades

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Tradicional, e ainda a ameaça aos recursos naturais que são essenciais para o trabalho dessas mulheres.

É visto também que as problemáticas que particularizam esse grupo de mulheres são o agravamento da saúde decorrente das longas jornadas de trabalho na maré, a incipiência do município em atender as necessidades da população, que é visto nos índices do IBGE. E também, que por sua condição de mulheres, enfrentam jornadas triplas de trabalho, perpassando por conflitos na maré e dentro do ambiente familiar.

Reitera-se também que a participação de marisqueiras do Grupo de Trabalho de Pirambu no Observatório Social dos Royalties tem sido de suma importância para o debate de rendas de petróleo, e alternativas para a melhoria de políticas públicas no município. Contudo, fatores como o coronelismo atualmente impossibilitam a concretização destes fins, com o exemplo da reprovação do Projeto de Iniciativa Popular – PLIP.

Por fim, este trabalho indica perspectivas de estudos a serem desenvolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso, visando realizar o debate acerca da violência contra mulheres marisqueiras. Assim como conhecer as políticas de combate à violência contra mulher no município, dando continuidade ao debate acerca do orçamento público e as rendas de petróleo.

REFERÊNCIAS

Conselho Nacional dos Direitos Humanos. **Povos livres, territórios em luta:** relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais/ Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2018.

FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, **Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022.** São Paulo: FBSP, 2023.

FONTES, C. S. et al. **Aspectos da saúde laboral das marisqueiras do Estado de Sergipe:** desafios e possibilidades. In: Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 9, Juiz de Fora, Anais [...] IX Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estabelecimentos de Saúde SUS: Assistência Médica Sanitária.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Fundação Anti-Índigena: Um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro.** Brasília: INESC, 2022. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Fundacao-anti-indigena_Inesc_INA.pdf. Acesso em 17 mai. 2023.

LOPES, I. B. **Sem presença da população, Câmara Municipal de Pirambu rejeita Projeto de Lei de Iniciativa Popular.** FAXAJU, 2023. Disponível em: <https://www.faxaju.com.br/politica/sem-presenca-da-populacao-camara-municipal-de-pirambu-rejeita-projeto-de-lei-de-iniciativa-popular/>. Acesso em 15 mai. 2023.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** 1º ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, C. G. As percepções ambientais de pescadores e marisqueiras acerca da divisão sexual de trabalho na pesca em Pirambu/SE. In: **Revista Ambivalências**, V2, N.3, p. 86 – 105, Jan-Jun/2014.

PROMOÇÃO



APOIO

